

# Mestres de obras de arquitectura e sociedades. A construção de pontes na Beira Alta e em Trás-os-Montes no século XVII

*Luís Alexandre RODRIGUES*

## 1. Introdução

As fontes que maiores contributos carregaram para a substância deste texto são procurações bastantes, algumas das quais serviram para habilitarem certos indivíduos a poderem receber as quantias que se fintaram em várias comarcas para as obras das pontes. Na maioria dos casos foi esta via a única possibilidade de associarmos os construtores às obras. Explicação que também evidencia como, entre todas as artes, a arquitectura é especialmente sensível às interferências da economia. Interferências que também se alargavam às estações do ano.

É que no período estival, com a obra em execução, junto de certas pontes quebrava-se a solidão dos sítios ermos onde, depois da fugidia passagem dos viajantes, apenas a agitação do vento ou a correnteza das águas alcançavam bulir com o peso da quietude dos dias. As muitas horas de luz e os caudais reduzidos favoreciam certos trabalhos no leito dos rios, particularmente os relacionados com as fundações dos pilares e as suas protecções. Já o Inverno prestava-se à organização e à planificação das obras porque depois da arrematação importava centrar atenções nos lances respeitantes ao seu financiamento. Por isso era conveniente que, previamente, as partes contratantes encontrassem os meios capazes sustentarem o respeito pelos compromissos assumidos.

## 2. Fintas

No nosso país era frequente que importantes obras públicas fossem total ou parcialmente financiadas com o recurso ao lançamento de fintas. Sem variações assinaláveis, o termo, como Rafael Bluteau esclareceu, respeitava ao «que as diferentes pessoas se obrigão a dar até chegar a huma certa somma de dinheiro, para hum gasto commum<sup>1</sup>». Não nos admiremos por isso, de depararmos ainda no século XVI com as contribuições<sup>2</sup> dos moradores do termo de Miranda do Douro para as obras da ponte de Coimbra, tão grande era a importância do eixo de circulação que servia. Idênticas razões justificavam que a Câmara de Bragança, em reunião ocorrida em Dezembro de 1587, tivesse atentado no problema da ponte de Valbom, sobre o rio Sabor e na linha de comunicações com Outeiro e Miranda do Douro. Razões da mesma índole determinaram a edilidade, em 3 de Setembro de 1588,

<sup>1</sup> BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latino*, Tomo IV, Coimbra, No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1713, p. 127

<sup>2</sup> RODRIGUES, Luís Alexandre – *De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Bragança/Porto, 2001, p. 284 e ss.

a proceder à «emlleissam para a ponte de Murssa rio de Nusello<sup>3</sup>» do recebedor da finta. Mas a acção do recebedor era precedida pelo trabalho do repartidor. Numa acta da edibilidade bragançana, correspondente à mesma centúria, também se registavam os nomes daqueles que se «emllegerão para repartir a finta da ponte Danguera<sup>4</sup>», sobre o rio Angueira no concelho de Vimioso.

As vantagens do lançamento de fintas nunca fizeram esquecer os inconvenientes da carga fiscal que onerava os moradores das terras tributadas. Alguns preceitos das *Ordenações Manuelinas* procuravam evitar que o dinheiro angariado não fosse desbaratado em gastos insensatos ou por ir parar a mãos de pessoas pouco escrupulosas. Algumas disposições das *Leis extravagantes e repertório das ordenações de Duarte Nunes de Lião*, colecção organizada por ordem de D. Sebastião e que entrou em vigor nos começos de 1569 como complemento das *Ordenações Manuelinas*, também apontam as vantagens da normalização de procedimentos, mormente quando valorizam alguns desenvolvimentos estabelecidos nas cortes celebradas em 1538 quando D. João III segurava o ceptro.

Pela realidade que se traça, interessa-nos um diploma de Filipe II, datado de 1605. Extractamos:

«sou informado, que nas fintas, que neste Reino se lançam pelos moradores das cidades, vilas e mais logares delle, para se refazerem, reedificarem e concertarem pontes, se fazem e commettem grandes desordens, assim nos contratos, que se fazem com as pessoas, a que se arrematam as obras dellas, como na arrecadação do dinheiro das ditas fintas, que todas vem a ser em grande prejuizo dos povos, que pagam para ellas, os quaes depois por respeitos particulares e com informações, que hão dos provedores das comarcas, são refintados para as mesmas pontes, para que já tem pago, e o dinheiro das ditas fintas e refintas se consome e gasta, sem as obras das ditas pontes se acabarem de fazer, no tempo, que os empreiteiros dellas são obrigados<sup>5</sup>».

A citação, apesar de longa, não esgota o conteúdo do documento que, pela sua relação com a matéria que abordamos neste texto, aconselha a que se sublinhe o alcance de medidas como a que nomeava como coadjutores dos Provedor e Corregedor da comarca, mestres de obras experimentados para vistoriarem o sítio ou avaliarem os trabalhos de reconstrução. Estes peritos deviam fazer «uma traça e molde de como se há de fazer a ponte nova, ou reformar a velha; e por juramento lhes farão declarar o que pode importar a obra da ponte [...] e quanto dinheiro será necessário para se fazer». Só depois a obra seria posta «a pregão pelos logares da dita comarca, e das outras comarcas vizinhas». Porém, avisava-se, apenas «arrematarão a obra a mestres de obras, que conhecidamente o forem, e viverem por este officio, e não a outras algumas pessoas, que por si, nem por interpostas pessoas, queiram tomar os lanços e arrematações das obras, sem serem mestres». Caso contrário, a arrematação considerar-se-ia nula e de nenhum efeito e os infractores sujeitos a castigo.

No documento que vimos seguindo, depois de se circunscreverem as comarcas finta-das, adicionavam-se incumbências às provedorias das comarcas como a repartição lança-

<sup>3</sup> «Emlleissam para a ponte de Murssa rio de Nusello. Nesta Câmara acordaram que perquanto tinham emleito para ressebedor da finta da ponte de Murssa a (\*) Fernandes allbardeiro desta cidade e por ora serem enformados que o dito (\*) Fernandes e muito pobre e não tem nada de seu e se diz que (\*) o ouverão por livre do dito ressebedimento em seu lugar Bento Rodrigues sapateiro e mãodarão que fosse notefiquado eu António Gomez de Mena da Câmara escrivão». A.D.B., ALL, Cx. 1, Lv. 3, fls. 44v-45

<sup>4</sup> A.D.B., ALL, Cx. 1, Lv. 3, fl. 49

<sup>5</sup> ANDRADE e SILVA, José Justino de – *Colecção chronologica da legislação portuguesa 1603-1612*, Lisboa, 1854, pp. 132-133

mento e arrecadação, sendo os provedores advertidos «que os logares, que menos serventia tiverem pela dita ponte, paguem menos, que os que tiverem mais serventia».

Disposições que vigoravam ainda durante o século XVIII e constavam nos dois volumes do *Repertório das ordenações e leis de Portugal novamente correcto (e) accrescentado*, impressas em Lisboa, respectivamente nos anos de 1749 e 1754.

### 3. Mestres, sociedades e obras

#### 3.1 Alonso Árias

##### *Obra da ponte de Sernancelhe*

Era mestre canteiro e estava casado com Francisca Lopes. Numa procuração datada de 7 de Agosto de 1606 referenciava-se como moradora em Urros (Moncorvo). A presença de Francisca no escritório do tabelião decorria da necessidade de nomear procuradores para «requerer sobre a sua ametade de seus bens», embargados pela acção desencadeada pelos juizes da vila de Sernancelhe a requerimento de Francisco Mendes, ferrador e morador em Freixo de Numão.

É que Alonso Árias ao arrematar a obra da ponte de Cernancelhe apresentou como Francisco Mendes como seu fiador. Não esclarecendo o paradeiro de Alonso Árias, o documento também não elucida sobre as razões que levaram o canteiro a «não ter cumprido<sup>6</sup>» com a obra contratada.

#### 3.2 António Fernandes. Gonçalo de Aguiar. Diogo Vaz.

##### *Empreitadas das pontes de Remondes, do Carril e Ponte de Pedra*

Refere Sousa Viterbo que um despacho para a realização da obra da ponte de Remondes, sobre o Sabor, tinha sido assinado em 1591, altura em que foi arrematada a officiaes que sam já (1611) falecidos». Apesar da necessidade, a obra continuou parada até que, em 1611, foi entregue a João Gonçalves, mestre de cantaria «da comarca da Torre» de Moncorvo. O mesmo alvará régio apontava ainda a necessidade de se fintarem para a obra 3.000 cruzados nas comarcas da Guarda, Coimbra, Esgueira e Viseu e 9.000 cruzados nas comarcas de Miranda do Douro, Moncorvo, Guimarães, Porto e Lamego<sup>7</sup>. Os valores monetários envolvidos e alguns indicadores do caderno de encargos significavam uma intervenção com algum alcance.

Porém, passados sete anos verificamos serem já outras figuras a manifestarem interesses na obra de Remondes. Na Primavera de 1618, o mestre canteiro António Fernandes estava preso na cadeia de Moncorvo. Seria à porta deste edifício mas na «banda de dentro» que assinou uma procuração conjunta com Gonçalo de Aguiar, também mestre de cantaria. Nesta altura, ambos residiam em Moncorvo e declaravam terem «parte e qui-

<sup>6</sup> A.D.B., Nuc. Not. (Moncorvo), Lv. 1, Cx. 1, fls. 54-55. Na impossibilidade de fazermos acompanhar este texto dos documentos de maior relevo, remetemos os interessados para um dos próximos volumes da Revista «Brigantia», onde, em trabalho mais desenvolvido serão publicados.

<sup>7</sup> SOUSA VITERBO – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, Vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, s/d., pp. 452-453

nham na obra da ponte de Remondes<sup>8</sup>», concelho de Mogadouro, lançada sobre o rio Sabor.

As responsabilidades que detinham nesta obra, cruzando-se com circunstâncias de vida pessoal e jurídica mal determinadas, levaram-nos a derrogar os poderes antes concedidos ao canteiro Manuel Marques, seu procurador, a fim de poder «receber e dar pagar e quitacois e requerer seu direito e justiça». Diogo Vaz, apontado como morador em Moncorvo, seria o novo representante de António Fernandes e Gonçalo de Aguiar, podendo em nome deles «acestir na obra da dita ponte». A mesma procuração deixa também ver que Diogo Vaz seria agora o encarregado da construção já que se lhe reconhecia competência para «por hos oficiais que lhe parecer e obreiros e dispidir os que vir que lhe não convem<sup>9</sup>», podendo ainda, se necessário, recorrer à justiça em matérias relacionadas com a obra. Entre outros poderes também se lhe reconhecia capacidade de intervenção no recebimento dos dinheiros repartidos por finta e da provedoria de Miranda do Douro para a ponte.

Os amplos poderes atribuídos a Diogo Vaz não somente explicitam a sua competência profissional como demonstram que a empreitada corria por conta de António Fernandes e Gonçalo de Aguiar. Evidentemente que o facto de Gonçalo de Aguiar não se encarregar ele próprio da direcção dos trabalhos cauciona a hipótese de orientar outra empreitada num outro local.

De acordo com o documento publicado por Sousa Viterbo, Gonçalo de Aguiar foi o construtor que reedificou a ponte do Carril, em Freixo de Espada à Cinta, arrematando-a, em 1609, porque «amdamdo a obra da dita ponte e calçada em pregão todo o tempo necessário, não ouve nenhum lanço menor que de hum comto cemto simcoenta mil reis<sup>10</sup>».

A Sousa Viterbo deve-se também a notícia respeitante à Ponte de Pedra, obra de fundamento romanos, perto de Torre de D. Chama. Gonçalo de Aguiar arrematou<sup>11</sup> a empreitada por 2.500 cruzados e a finta para esta edificação foi mandada lançar nos primeiros dias de 1635.

Para a matéria interessam os documentos publicados por Sousa Viterbo e que denunciam a presença do mestre António Fernandes, «morador na villa da Torre de Moncorvo, mestre de pontes e de obras de camttaria». Em 1608, encarregava-se da plataforma sobre o ribeiro de Quintela, entre as vilas de Mós e de Freixo de Espada à Cinta<sup>12</sup>. Por um alvará, datado de Setembro de 1611, Filipe II ordenava que voltassem a ser apregoadas a «redeficação da calçada e cinco olhaes de pontes<sup>13</sup>» no concelho de Vilarinho de Castanheira. Depois, em Fevereiro do ano seguinte, o monarca sancionava o nome do mesmo mestre para edificar<sup>14</sup> a ponte de Longroiva por 12.000 cruzados. Para esta obra lançava-se uma finta de 100.000 réis que abrangia as comarcas e provedorias de Lamego, Miranda, Viseu, Guarda, Coimbra, Bragança, Leiria e ainda as vilas de Moncorvo, Castelo Branco, Guimarães, Viana, Gouveia, Tomar, Santarém e Alenquer.

<sup>8</sup> A.D.B., Nuc. Not. (Moncorvo), Lv. 2, Cx. 1, fls. 25-26v

<sup>9</sup> *Idem, ibidem*, fl. 26v

<sup>10</sup> SOUSA VITERBO – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses*, Vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, s/d., pp. 490-491

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*, vol. I, p. 491

<sup>12</sup> *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 324-325

<sup>13</sup> *Idem, ibidem*, vol. I, pp. 322-323

<sup>14</sup> *Idem, ibidem*, vol. I, pp.323-324

### 3.3 Francisco Vaz, Bento de Vilas Boas, Domingos Vaz de Arede

*Obras das pontes no rio Lobos e ribeira de Frechas. Ponte de Abreiro, Ponte de Vale de Telhas, Ponte de Murça, Ponte de Pedra, Ponte do Vilar, Ponte de Riba-Pinhel, Ponte no rio Maçãs*

Pelos anos de 1659, algumas fontes documentais deixam ver o desenho de outras sociedade de práticos orientados, ainda que não exclusivamente, para a construção de pontes. Trata-se de um triunvirato organizado de modo a que os seus membros, agindo individualmente, conseguissem que as entidades promotoras das arrematações das pontes lhes entregassem o ramo, gesto simbólico que coroava o acto público dos lanços e indicava aquele que aceitava a responsabilidade da execução dos trabalhos contratados. Uma vez concluída a arrematação de uma obra, os compromissos eram então formalizados em escritura pública e complementados com a apresentação de fiadores, geralmente homens chãos e abonados. Em zonas rurais era corrente serem lavradores, proprietário de terras e casas, os que respondiam pelo dinheiro envolvido e pela perfeição da obra. A circunstância de algumas vezes hipotecarem os próprios bens implicava certamente a existência de contratos verbais respeitantes a contrapartidas nos lucros da obra. No entanto, também se registam exemplos de serem os companheiros do mesmo ofício a darem as fianças exigidas. Seja como for, nos exemplos que se seguem, a iniciativa própria existe só na aparência visto que são os interesses da sociedade que parecem comandar os passos de cada um dos seus elementos.

Nesta sociedade pontificavam Francisco Vaz, Bento de Vilas Boas e Domingos Vaz de Arede. Com exclusão das pontes onde trabalharam, que sofreram intervenções posteriores, os traços da sua acção surpreendem-se essencialmente em escrituras de composição e em procurações.

Tracemos um sucinto quadro biográfico ilustrado pelo esboço dos traços de fisionomia

#### 3.3.1 Os retratos

Francisco Vaz é sistematicamente apontado como mestre de obras de arquitectura. Estava domiciliado na vila de Torre de Moncorvo e, no princípio do ano de 1669, a sua casa ficava na rua da Rapadoura. O seu nome conta de várias notas lavradas nesta vila por ser aí que, com alguma frequência, se reclamaram os ofícios do tabelião Paulo Couraça Teixeira.

Nos começos de Janeiro do ano de 1662, com outros, seria nomeado procurador bastante de Domingos Vaz de Arede com a incumbência de receber certas quantias procedentes de fintas que tinham sido lançadas. Era identificado do seguinte modo:

«he hum homem de idade de quarenta e seis annos pouco mais ou menos homem alto de corpo cabbelo he barba acastanhado com alguas brancas<sup>15</sup>»;

«homem de idade de quarenta e seis annos pouco mais ou menos (em 20.4.1662) homem bem disposto alto do corpo cabelo da cabeça negro e solto e a barba e bigode acastanhado<sup>16</sup>».

Bento de Vilas Boas referenciava-se como morador em Santa Valha, povoação do concelho de Valpaços. Nesta altura ficava na jurisdição da antiga vila de Monforte de Livre.

<sup>15</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fl. 81v

<sup>16</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fl. 101

Na Primavera de 1662, uma procuração de Francisco Vaz mandatava Bento de Vilas Boas para poder receber o dinheiro finto nas comarcas de Viana, Guimarães e Porto para as pontes de Abreiro e da ribeira de Frechas. A fisionomia deste mestre de obras de arquitectura seria descrita pelo tabelião nos seguintes termos:

«he hum homem marcado refeitto do corpo de idade de quarenta he oito annos pouco mais ou menos de barba loura cabelo acaranhado com alguas brancas he hum sinal na munhequa de hum brasso cor (dos) olhos acastanhados<sup>17</sup>».

Deve ter morrido pouco antes de 15 de Novembro de 1664 já que, nesta data a viúva, Domingas Jorge, transmitiu os poderes necessários a um procurador para, com Francisco Vaz e Domingos Vaz de Arede, resolver alguns problemas da sociedade, particularmente os que se relacionavam com as empreitadas das pontes do Tinhela, em Murça, e da ponte de Vale de Telhas, sobre o Rabaçal.

Domingos Vaz de Arede a que se atribuiu o estatuto de architecto esteve domiciliado na vila do Pinhel. Mas em Novembro de 1661, conforme uma procuração bastante em que Francisco Vaz lhe transmitia poderes, Domingos Vaz de Arede era apontado como morador em S. Miguel de Outeiro, termo de Viseu. Como este documento pretendia habilitar Domingos Vaz a receber alguns dos valores fintados. Aí também se descrevia a sua fisionomia:

«homem de boa estatura grosso do corpo ruivo de rosto redondo bigode e barba loura he muita e o cabelo da cabeça acastanhado olhos brancos homem que ser ade sinquoenta annos, e com alguas brancas na barba».

Em Outubro de 1662, registava nas notas do tabelião moncorvense Paulo Couraça Teixeira uma procuração<sup>18</sup> para que, na vila de Pinhel, o abade de Santa Maria, André

<sup>17</sup> A.D.B., Nuc. Not. (Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fl. 105v

<sup>18</sup> «Procurassam que faz o mesmo Domingos Vas de Arede

Saibam quoauntos este instramento de procurassam bastante virem como no anno do nassimento de Nosso Senhor Jessu Cristo de mil sessentos sessenta e dous annos aos vinte e hum dias do mes de Outubro do ditto anno nesta villa da Torre de Moncorvo he pouzadas de mim tabballiam ahi parante mim paresseo presente Domingos Vas de Arede mestre de obras de architectura morador em Sam Miguel de Otiteiro termo da cidade de Vizeu e ora estante nesta villa da Torre de Moncorvo pessoa de mi tabballiam conhessida he por elle foi ditto em minha presença he das testemunhas ao diante nomiadas que elle na melhor forma he via de direito que ser possa he mais valha fazia como de hefeito logo fes per seus sertos he em tudo bastantes procuradores com poder de sobestaballeser ao lessenciado Adre Telles abbade de Santa Maria da villa de Pinhel e a Manoel Coelho Rabello he a seu filho o padre Manoel de Arede moradores na villa de Pinhel aos quoaos seus procuradores e seus sobestaballecidos disse elle consteuinte dava poder a todos juntos e cada hum de per si para em seu nome fassam escritura de dotte a sua filha Donissia de Sam Bernardo para hefeito de se metter freira em o convento de Sam Luis da ditto villa de Pinhel a quoaal doassam de dotte faram na forma de hua escritura que elle consteuinte tem feito com a Senhora Abbadessa he mais religiozas do ditto convento sem alterar ho ditto dotte nem deminuir mais senão na forma da ditto escritura que das obras que tem feito no ditto convento he nella forma poderam em seu nome fazer a ditto escritura de dotte como que se elle a tudo fora presente por dego presente declarando elles seus procuradores que já a tem dado a conta do dotte da ditto sua filha depois da escritura que já tem feito das dittas obras sem mil reis a ditto abbadessa a Senhora Donna Fransisca de Magalhaes Coutinha e a dego e as mais religiozas o quoaal poder lhe dava aos dittos seus procuradores com todos os poderes em direito concedidos com livre he geral admenistrassam mandado geral e especial he todo o per elles e cada hum delles feito requerido procurado e alegado disse elle consteuinte haveria per bom firme he valliozo sob obrigassam de seus beis e pessoa he aos rellevar do encargo da sattisdassam [sic] e fiadoria que o direito outorga e so rezervou a sitassam e assi outorgou ser a presente feita nesta nolla que assinou sendo testemunhas presentes Damiam Rodrigues desta villa e João Martins morador nesta villa de Pinhel que assinaram depois de lida per mim Paulo Couraça Teixeira tabballiam o escrevi

Damião Rodrigues

João Martins

Domingos Vas de Arede». A.D.B., Nuc. Not. (Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fls. 118v-119

Teles, Manuel Coelho Rebelo e ainda «seu filho o padre Manuel de Arede», todos residentes nesta localidade, pudessem em seu nome lavrar uma escritura de dote a fim de que Dionísia de S. Bernardo, sua filha, pudesse professar no convento de freiras que existia em Pinhel. Para este efeito já tinham sido dados alguns passos pois o mestre e a madre abadessa, D. Francisca de Magalhães Coutinho, e mais discretas tinham já assinada uma escritura de dote. Em relação com estas contas verificamos que Francisco Vaz de Arede tinha realizado vários trabalhos no convento de S. Luís. Por isso, declarava-se que já tinha «dado a conta do dotte da ditta sua filha depois da escriptura que já tem feito das dittas obras sem mil reis a ditta abbadessa».

### 3.3.2 As obras

No Verão de 1659, Francisco Vaz afirmava ter arrematado a obra da ponte sobre o rio Tua, perto da «villa de Abreiro e Quinta Darneiro termo de Vilas Boas<sup>19</sup>» pela importância de 14.000<sup>20</sup> cruzados e 300.000 réis. A soma elevada parece sustentar a hipótese de se tratar de uma intervenção de fôlego na ponte a que a cheia de 1909 só deixou os arranques do arco central que salvava o leito do rio<sup>21</sup>.

Os cabedais que estavam envolvidos nesta empreitada potenciavam o risco da empreitada. Porquanto «a ditta obra era de muita quantia», como reconhecia Francisco Vaz, é que antes mesmo de ter apresentado fianças «se consertara com o ditto Bento de Villas Boas a lhe largar e trespassar e dar ametade<sup>22</sup>» da participação na obra. Assim se desvenda o início de uma sociedade especializada na construção e reformulação de pontes. As contingências do risco aconselharam os dois mestres canteiros a alargarem a sociedade ao «arquitteto» Domingos Vaz de Arede. Agora a cada um dos intervenientes correspondia a terça parte da obra, obrigando-se «aos gastos e quebras perdas ou ganâncias».

Tanto quanto neste momento podemos alcançar, a empreitada da ponte de Abreiro marca a constituição de uma sociedade que mostrou capacidade para controlar em várias frentes as arrematações que, depois de publicitadas nas principais localidades, iam à praça pública.

Em Junho de 1660 os trio de «mestres de obras de arquitectura», em Moncorvo, batiam à porta da casa do tabelião Couraça Teixeira. Num dos seus livros de notas lavrar-se-ia uma «escritura de compossissam» que nos informa sobre a metodologia ou *modus operandi* da sociedade. Francisco Vaz na qualidade de arrematante da ponte sobre a ribeira de Frechas, Domingos Vaz de Arede como arrematante da ponte no rio Lobos e Bento de Vilas Boas como arrematante da ponte de Vale de Telhas, todas no concelho de Mirandela, pretendiam oficializar o que por palavras já tinham combinado:

«estavam compostos uniformemente [...] entre todos tres para que toda a perda e ganancia [sic] que ouver nas ditas tres pontes ou cada hua de per si seram todas tres iguoais assi em perdas como em ganancias, e o direitto que nellas tinham davam e passavam huns para os outros».

Trecho esclarecedor dos propósitos da sociedade sendo que também se admitia o recurso à incontestável opinião de um «louvado» no caso de se levantarem dúvidas entre eles.

<sup>19</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 7, Cx. 1, fl. 134

<sup>20</sup> Um cruzado valia 400 réis.

<sup>21</sup> Depois deste sucesso a travessia seria feita na barca de passagem. Em 1957 inaugurar-se-ia uma esbelta ponte que, entre nós, correspondeu à confirmação das possibilidades do betão.

<sup>22</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 7, Cx. 1, fl. 134

Contudo, pode detectar-se um momento em que Domingos Vaz de Arede não foi mencionado numa «escritura de composissam». De facto, num assento desta natureza, datado de 19 de Junho de 1660, Bento de Vilas Boas ao declarar ter arrematado a obra da ponte de Murça, sobre o rio Tinhela, também confirmava estar «composto» com Francisco Vaz «em lhe dar a mettade da obra da ditta ponte», razão pela qual este mestre devia cobrir metade dos 20.000 réis que o arrematante tinha pago de fianças. Empreitada que, a avaliar pelo valor envolvido, se devia limitar a obras de reparação.

Em 1661, logo após a festividade de Todos os Santos, na casa de Francisco Vaz, em Moncorvo, lavrava-se uma escritura que se instituíam procuradores bastantes do «mestre de obras de arquittettura». Tratava-se de conceder poderes a António Fernandes e a João Moreira para que «ambos juntos ou cada hum de per si» pudessem receber e passar notas de pagamento e quitações do dinheiro que foi lançado «em todas as vilas e cidade he lugares deste reino» para a construção das pontes de Abreiro e da ribeira de Frechas «que lhe foram arrematadas a elle constetuinte<sup>23</sup>». A importância da missão justificava o registo de sinais particulares dos recebedores para que, sendo necessário, fossem facilmente identificados.

O mesmo se passou em 23 de Novembro de 1661 quando o mesmo Francisco Vaz certificou outras personagens «para poderem cobrar he arrecadar he aver a suas mãos» o dinheiro que:

«se achar lançado pellas cartas de fintas que se repartiram [...] nas comarquas he provedorias da cidade de Miranda Guimarães Porto Esgueira Coimbra Leiria Castello Branco Goarda Vizeu Lamego<sup>24</sup>».

Na primeira semana do ano de 1662, Domingos Vaz de Arede, novamente referenciado com domicílio na vila de Pinhel, estava em Moncorvo. Nas notas do tabelião Paulo Couraça Teixeira faria «por seus sertos em tudo bastantes procuradores» ao mestre de obras de arquitectura Francisco Vaz, residente na vila transmontana, a Manuel João, a Manuel Ferreira e a Manuel António. Estes dois eram de S. Miguel de Outeiro, termo de Viseu, localidade onde Domingos Vaz de Arede já tinha residido. A matéria essencial atitava na necessidade de se receberem determinadas quantias que tinham sido lançadas para obras, ou seja:

«todo o dinheiro prossedido fintado e per fintar das pontes do rio de Lobos junto a villa de Mirandella he da Ponte de Pedra junto da villa da Torre de D. Chama do rio Tua [...] he da ponte do Villar no rio Tavora junto a villa de Fonte Arquada da comarca de Lamego e da ponte de Riba Pinhel junto da villa do Pinhel e comarca da provedoria da cidade de Vizeu<sup>25</sup>».

A Manuel António, «homem mancebo de marca grosso do rosto olhos castanhos pouca barba cabelo da cabeça negro de idade de vinte e sette annos pouco mais ou menos<sup>26</sup>», juntava-se Paulo Teixeira, natural da vila de Abreiro, comarca de Vila Real, «homem alto do corpo preto do rosto que lhe comessa a apontar a barba os olhos castanhos cabelos da cabeça negro hum dente podre de diante», como procuradores do mestre

<sup>23</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv:9, Cx. 2, fl. 61v

<sup>24</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fl. 71

<sup>25</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fl. 81v

<sup>26</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fl. 96v

e empreiteiro Francisco Vaz, conforme a escritura de procuração<sup>27</sup> registada em 10 de Fevereiro de 1662 no escritório de Couraça Teixeira. Agora, tratava-se da cobrança de «todo o dinheiro prossedido e fintado he por fintar que a elle constituinte lhe estam devendo em todas as comarcas e provedorias deste reino das pontes dos rios Tua junto a ponte de Abreiro he para a ponte da ribeira de Frechas<sup>28</sup>».

O próprio Francisco Vaz formaria com Manuel João outra equipa mandatada para, em nome do «mestre de obras de arquittetura» Bento de Vilas Boas, morador em Santa Valha e arrematante oficial das pontes sobre o Tinhela, junto a «Murça de Paneja», e de Vale de Telhas «do rio Mente», cobrarem e receberem da mão dos depositários o dinheiro fintado «em todas as comarcas deste reino aonde estiver fintado<sup>29</sup>» para aquelas obras.

Por sua vez uma outra procuração<sup>30</sup> conferia ao mestre Bento de Vilas Boas a qualidade de procurador de Francisco Vaz para porfiar na cobrança do dinheiro «prossedido das fin-tas» lançadas para as pontes de Abreiro – «de que elle constetuinte e o ditto Bento de Villas Boas sam empreiteiros» – e da ribeira de Frechas – «de que soamente elle constettuinte Franciso Vas he empreiteiro» – nas comarcas de Guimarães, Viana do Castelo e Porto.

O relativo afastamento destes processos de Francisco Vaz de Arede parece explicar-se pela sua presença noutras frentes de trabalho que decorriam na província da Beira. De facto, em Outubro de 1662, o mestre, novamente morador em S. Miguel de Outeiro, apresentava-se nas «pouzadas» do tabelião Couraça Teixeira para instituir como seus procuradores bastantes ao mestre Francisco Vaz, ao cordoeiro Domingos Pires e ao serralheiro Pedro João, todos com residência em Torre de Moncorvo. Embora tivessem a possibilidade de requererem justiça em todas as suas causas, o fito maior relacionava-se com a cobrança do dinheiro da «finta da ponte do rio Távora que esta entre os Villares he Fonte Arquada» que Francisco Vaz de Arede tinha empreitado. Esta ponte de ligação entre Sernancelhe e Moimenta da Beira também servia as populações de Fonte Arcada e Vilar. Com uma plataforma em cavalete sobre quatro arcos de volta redonda e cerca de 110 metros de comprimento seria a maior ponte da região. Ficaria submersa na albufeira da barragem do Vilar, hidroeléctrica construída nos anos 60.

Depois desta data e durante quase dois lustros desvaneceram-se os passos destes construtores de pontes. Porém, neste período, a notícia da construção da ponte sobre o rio Maçãs, perto de Vimioso, indica continuação da actividade. De facto, só em Abril de 1666 voltamos a encontrar Francisco Vaz no escritório do tabelião de Moncorvo que costumava frequentar. Além das testemunhas estava presente Manuel Rodrigues morador na vila de Ranhados, comarca de Viseu. Com 28 anos de idade e descrito como tendo «pouca barba louro do cabelo he ruivo da cara os olhos verdes<sup>31</sup>», seria nomeado procurador bastante de Francisco Vaz para:

«em seu nome cobrar he aver a sua mão tudo o dinheiro ou parte delle que se lhe estava devendo em as comarcas deste reino donde foi repartido para as pontes de Abreiro no rio Tua he da ribeira de Frechas [...] he da do rio Massais comarca de Miranda que a elle costetuinte foram arremattadas<sup>32</sup>».

<sup>27</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fls. 96v-97v

<sup>28</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fl. 97v

<sup>29</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fl. 101v

<sup>30</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 10, Cx. 2, fls. 105-106

<sup>31</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 12, Cx. 2, s/fl.

<sup>32</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 12, Cx. 2, s/fl.

O formalismo das sucessivas procurações raramente deixa espaço para o afloramento de tonalidades que se evidenciem por cima dos aspectos técnicos dos diplomas legais. Contudo, as repetições de propósitos mostram claramente como não era fácil aos mestres construtores e empreiteiros reunirem as somas consignadas para as obras contratadas.

Em Abril de 1666, Francisco Vaz e Domingos Vaz de Arede reunir-se-iam mais uma vez nas «quazas de morada» do tabelião de Moncorvo. Com eles estava também José Alves, morador em Tinhela, então no termo de Monforte de Rio Livre. A sua presença justificava-se pelo facto de ser o representante de Domingas Jorge, justamente a viúva de Bento de Vilas Boas. Para fazer fê dos poderes que o direito reclamava e necessários para tratar os assuntos que interessavam a Domingas Jorge, José Alves era portador de uma procuração lavrada nas notas do tabelião João da Costa, provavelmente licenciado para exercer o ofício na vila de Monforte de Rio Livre. A informação da data, 15 de Novembro e 1664, merece ser retida por supor o óbito recente de Bento de Vilas Boas.

Ficamos assim a saber que, enquanto membro da sociedade, «Bento de Vilas Boas defunto arremattara as obras das pontes do lugar de Val de Telhas do rio Mente he a do rio Tinhela junto a villa de Murça<sup>33</sup>». Contudo, perante esta realidade, Francisco Vaz e Domingos Vaz de Arede declararam que tomavam «sobre si a obrigassam das obras das ditas pontes he se obrigavam a correr com ellas e acalallas assi he da maneira que o dito Bento de Villas Boas estava obrigado na arrematassam que dellas fizera». Obrigações que também compreendiam a necessidade de «tirar a por e a salvo a ditta Domingas Jorge he aos fiadores de seu marido da obrigassam que tinha da dar as dittas obras acabadas». Portanto, responsabilizavam-se por todos os encargos, incluindo «perdas e danos que pudessem rezultar» para a viúva. A esta adiantar-lhe-iam 210.000 réis «pellas ganâncias» que o seu defunto marido poderia auferir embora a hipótese de acerto de contas final também tivesse sido colocada. Esta seria a última vez que se mencionava o nome de Domingos Vaz de Arede. Contudo, ainda em Abril de 1666 o mestre Francisco Vaz nomeava como seus procuradores a Manuel João, de S. Miguel de Outeiro, e a Manuel Rodrigues, de Ranhados, localidades próximas de Viseu. Mais uma vez tratava-se da recolha das quantias lançadas em várias comarcas para as pontes de Vale de Telhas, de Murça, de Abreiro e de Frechas e que se estavam devendo.

### 3.4 Francisco Vaz, António Lopes de Sousa e Manuel João.

#### *Ponte da Junqueira. Ponte de Zacarias*

Nesta sociedade apenas o nome de António Lopes de Sousa é referenciado pela primeira vez. Ainda que com papéis diferentes, os outros dois empreiteiros participaram na sociedade anteriormente descrita.

#### 3.4.1 Manuel João

Foi nomeado diversas vezes como procurador de Francisco Vaz para poder receber as quantias fintadas em diversas partes para as pontes arrematadas pelos membros da sociedade que aquele manteve com Domingos Vaz de Arede e Bento de Vilas Boas. Das suas características fisionómicas, fixou-se ser:

<sup>33</sup> A.D.B., Nuc. Not.(Moncorvo), Lv. 12, Cx. 2, s/l.

«homem de boa marca cabelo preto solto os olhos amtre verdes com hum sinal por sima do bigode arqueado<sup>34</sup>».

Num outro documento era descrito do seguinte modo:

«homem baixo do corpo cabelo negro e solto com hum sinal no bigode esquerdo de idade de trinta annos pouco mais ou menos».

Numa procuração lavrada na Primavera de 1666 confirmava-se o seu domicílio na povoação de S. Miguel de Outeiro, termo de Viseu. Mas quando se tratou de apresentar fianças para a ponte da Junqueira, na Vilariça, nos começos de 1669 era apresentado como residente na povoação de Vilar, termo da antiga vila de Fonte Arcada, agora integrada no concelho de Moimenta da Beira.

### 3.4.2 António Lopes de Sousa

Num escrito datado de Dezembro de 1664 intitulava-se «mestre de obras de arquitectura». Nesta qualidade executou alguns trabalhos na Sé de Miranda do Douro, já que, como afirmava, «se obriga a fazer certas obras a esta Santa See as coais tem feito e satisfeito com sua obrigação [...] as coais obras se lhe esta devendo 20.000 reis<sup>35</sup>». No entanto a sua actividade de escultor também tinha suporte no arquivo catedralício, onde existia uma provisão do Cabido ordenando ao cônego fabriqueiro, Adrião Escobar» que efectuasse a António Lopes de Sousa o pagamento de 28.000 réis, a saber:

«vinte mil reis que se lhe estão devendo da obra do retabollo das Reliquias com que se lhe acaba de satisfazer a escriptura em que nos consertamos e oito mil reis, mais lhe mandamos dar de mais per fazer os meios corpos e braços fora do contrato, e outras obras que fez<sup>36</sup>».

Não é inédito o facto de um imaginário se dedicar a trabalhos de pedraria. Tendo como ocupação principal o ofício de escultor, O mestre Jerónimo Marques, morador na vila de Matança, então na comarca de Pinhel, serve de exemplo. Tendo como ocupação principal o ofício de escultor, em 8 de Julho de 1670, na portaria do convento de freiras de Santa Clara na vila de Vinhais assinou a escritura em que se obrigava a realizar diversas obra de pedraria para as religiosas franciscanas.

António Lopes de Sousa também trabalhou na igreja matriz de Moncorvo, onde, em 1670, concluía a obra do zimbório. Mas como os homens da Câmara considerassem algumas imperfeições nesta obra deligenciaram para a Câmara de Lamego lhes enviasse dois louvados. Compareceram António Rodrigues, de Lamego, Pedro de Almeida e José de Almeida – este dirigia, então, o estaleiro da ponte de Cedovim – mestres de arquitectura naturais de Viseu e unanimemente declararam que a obra estava em condições de ser aceite. Interessa-nos também a revelação de que um acórdão de 1672 providenciava para que se embargassem todos os bens do mestre «porquanto era notório que o dito António Lopes tinha seus bens e fazenda obrigados a obras de pontes e outras mais que rematou<sup>37</sup>».

<sup>34</sup> A.D.B. (Moncorvo), Lv. 12, Cx. 2, fls. 49v-50v

<sup>35</sup> RODRIGUES, Luís Alexandre – *De Miranda a Bragança: arquitectura religiosa de função paroquial na época moderna*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, Bragança/Porto, 2001, pp. 63, 141

<sup>36</sup> *Idem, ibidem*, vol. II, p. 141

<sup>37</sup> ANDRADE, António Júlio – *Dicionário histórico dos architectos, mstres de obras e outros construtores da vila de Torre de Moncorvo*, in «Brigantia», vol. XI, nº 3-4, Bragança, 1991, pp. 43-46

Na mesma igreja também arrematou a construção e lajeamento do adro, trabalhos exigentes se considerarmos a forte inclinação do terreno. Por causa desta obra, em 1681 a Câmara tomaria a deliberação de o mandar prender com o fundamento de que, tendo recebido parte substancial do dinheiro se mostrava muito descuidado na sua conclusão<sup>38</sup>.

Interessa-nos também a notícia<sup>39</sup> da existência de uma lápide de granito que constituía uma memória da construção da ponte de Remondes – actualmente inexistente – onde se escreveu ter sido «esta obra» executada, em 1678, pelo mestre António Lopes de Sousa quando era provedor o Dr. Diogo Vaz de Aguiar. Sendo certo que este testemunho apareceu fora do seu contexto inicial devemos valorizar a existência dos vestígios de arranques de uma ponte antiga a montante da actual ponte de Remondes que, como parece, resulta da concretização, na segunda metade do século XIX, de programas de fomento.

No ano de 1682 ainda vivia. Mas em 4 de Novembro de 1687, Joana Pereira, já no estado de viúva, vendia<sup>40</sup> «hum tapado» ao canteiro Manuel Dias, morador em Moncorvo.

### 3.4.3 Obras

Manuel João era uma pessoa em quem a sociedade depositava inteira confiança. Porém, nunca se explicitou o ofício que exercitava. A par das funções de recebedor das fintas e, conseqüentemente, prospector das obras que deviam ir à praça pública também seria pedreiro? A documentação conhecida nunca o afirmou apesar de sucessivas vezes ter comprovado a confiança que merecia a mestres e de noticiado o seu envolvimento na recolha dos valores fintados em várias partes. Nos começos do ano de 1669, quando estava domiciliado no lugar de Vilar, termo da vila de Fonte Arcada (Viseu), foi um dos que se apresentou na povoação do Felgar (Moncorvo), onde vivia António Lopes de Sousa. Na casa deste mestre escultor também compareceu Francisco Vaz, o arrematante da obra da ponte da Vilariça, junto da povoação de Junqueira no termo de Alfândega da Fé. O valor da empreitada, alcançando a elevada soma de «nove mil cruzados duzentos e quarenta mil reis<sup>41</sup>», aconselhava o mestre moncorvense a repartir responsabilidades. Por isso logo «trespassara duas partes della» a António Lopes de Sousa e a Manuel João. Em consequência seria necessário que os novos sócios apresentassem «fianças ao feittio he dinheiro para ella (ponte) fintado». Do nosso ponto de vista, esta disposição de direito revela-se com interesse por nomear o valor de diversos bens móveis e de raiz dos comitentes e ainda os bens hipotecados pelos fiadores e suas mulheres para segurança da obra.

Já no século XVIII, com outros, trabalharia nesta obra o mestre Francisco Vaz Veloso.

## 3.5 António Lopes de Sousa e Manuel João.

### *Ponte sobre a ribeira de Zacarias*

No Verão de 1669 formalizava-se uma nova sociedade constituída por António Lopes de Sousa e Manuel João. Aquele tinha tomado «per arremattassam no juízo da provedoria a obra da ponte de Sacarias» no termo de Alfândega da Fé e comarca de Moncorvo com

<sup>38</sup> *Idem, ibidem*, p. 45

<sup>39</sup> MOURINHO JÚNIOR, António Rodrigues – *Memórias do tempo dos Távora no Nordeste transmontano*, in «Brigantia», vol. V, nº 2, 3, 4, Bragança, 1985, p. 663

<sup>40</sup> A.D.B., Nuc. Not., (Moncorvo), Lv. 21, Cx. 4, fls. 8-9

<sup>41</sup> A.D.B., Nuc. Not. (Moncorvo), Lv. 13, Cx. 2, fls. 15-15v

um lanço de «três mil cruzados cento e oitenta e cinco mil reis». Mas já antes da obra ir a lanços Lopes de Sousa tinha combinado com Manuel João:

«de lhe dar a mettade da ditta obra he perda he agravança per elle dizer que dezestia da palla-vra he promessa que lhe tinha feito per estar longe da dita obra he ter outras occupassois proprias<sup>42</sup>».

Desta posição ocorreu que Manuel João acabou por «lhe largar a ditta sua mettade da ditta obra<sup>43</sup>». Por esta razão António Lopes de Sousa comprometer-se-ia a entregar a Manuel João 35.000 réis como compensação dos ganhos que podia obter na obra da ponte do Zacarias. Mais se determinava que este valor seria pago logo que se cobrasse o primeiro dinheiro fintado na comarca de Lamego «para o que lhe dara elle ditto António Lopes de Sousa procuraçam bastante para cobrar<sup>44</sup>» aquela quantia na comarca daquela cidade.

#### 4. Conclusão

Neste texto não foi possível caracterizar algumas destas importantes obras de utilidade pública. Contudo, para além de se terem resgatado os nomes de algumas figuras responsáveis pela execução de pontes, foi possível avançar na definição dos contornos de algumas sociedades e alargar a compreensão de alguns dos métodos utilizados para dominarem as empreitadas que iam à praça pública. Ao mesmo tempo, para além de se vincar a importância de mestres de pedraria que giravam na esfera de Viseu, ficou claro que muitas destas obras, apesar dos arcaísmos técnicos e formais, não se adequam muito bem a quadros cronológicos tradicionais.



Ilustração 1  
Ponte de Valbom (Bragança)

<sup>42</sup> A.D.B., Nuc. Not. (Moncorvo), Lv. 13, Cx. 2, fls. 60-61

<sup>43</sup> A.D.B., Nuc. Not. (Moncorvo), Lv. 13, Cx. 2, fls. 60-61

<sup>44</sup> A.D.B., Nuc. Not. (Moncorvo), Lv. 13, Cx. 2, fls. 60-61



Ilustração 2  
Ponte de Pedra (Torre de D. Chama)



Ilustração 3  
Ponte do Vilar (Moimenta da Beira)



Ilustração 4  
Ponte de Abreiro<sup>45</sup> (Mirandela) antes da sua destruição pela cheia de 1909

<sup>45</sup> Pela atenção e cedência desta imagem, impõe-se um agradecimento especial ao Dr. Manuel Carlos de Araújo e Silva Rodrigues, nosso prezado amigo.